



ACÓRDÃO Nº138/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11561/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FERH/AM .
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Antonio Ademir Stroski (Ordenador de Despesa), Marcelo José de Lima Dutra (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Rosa Oliveira de Pontes Braga – OAB/AM 4231, Robério dos Santos Pereira Braga – OAB/AM 1025, Jones Ramos dos Santos – OAB/6333 e Adson Soares Garcia – OAB/AM 6574.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD, DICAMB
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4110/2021-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FERH/AM . Exercício de 2017.

Regularidade. Recomendação. Ciência.
Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular a Prestação de Contas do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FERH, referente ao exercício de 2017, de responsabilidade do **Sr. Antônio Ademir Stroski** - Secretário Municipal e Ordenador das despesas (01.01 a 03.10), com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, I c/c o 24 da Lei 2.423/96.

10.2. Julgar regular a Prestação de Contas Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FERH, referente ao exercício de 2017, de responsabilidade do o **Sr. Marcelo José de Lima Dutra** - Secretário Municipal e Ordenador das despesas (04.10 a 31.12), com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, I c/c o 24 da Lei 2.423/96.



ACÓRDÃO Nº138/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.3. Recomendar ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FERH/AM que:

- 10.3.1.** Elaborar estudos para Diagnóstico e enquadramento dos corpos hídricos da Bacia do Rio Tarumã-Açu e da Bacia do Puraquequara;
- 10.3.2.** Elaborar o Plano de Bacia do Rio Tarumã Açu e da Bacia do Puraquequara (estratégias, metas plurianuais);
- 10.3.3.** Capacitar o colegiado dos Comitês de Bacia do Rio Tarumã Açu e do Puraquequara;
- 10.3.4.** Criar o Sistema de Informação da Bacia do Puraquequara e da Bacia do Rio Tarumã Açu;
- 10.3.5.** Fortalecer os Comitês de bacias do Puraquequara e do Rio Tarumã Açu;
- 10.3.6.** Apresentar cronograma para execução das ações propostas no Plano Estadual de Recursos Hídricos;
- 10.3.7.** Proceder estudos para enquadramento dos corpos hídricos do estado do Amazonas;
- 10.3.8.** Estabelecer Programa de Índice da qualidade da água (IQA);
- 10.3.9.** Avaliar a realização de concurso público na Sema e no IPAAM;
- 10.3.10.** Elaborar plano de monitoramento e fiscalização dos recursos hídricos a partir de inventário dos empreendimentos licenciados;
- 10.3.11.** Viabilizar estudos para instalação de estações fluviométricas e estações pluviométricas, para a obtenção regular de dados referente a vazão média, máxima e mínima, para previsão e controle de enchentes e secas, úteis no planejamento estratégico das bacias do entorno de Manaus;
- 10.3.12.** Estudar a possibilidade de Criação de uma Agência Estadual de Água ou da formulação de uma diretoria técnica no âmbito do Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas.

10.4. Dar ciência ao **Sr. Antônio Ademir Stroski** e demais interessados.

10.5. Arquivar os autos nos termos regimentais após o cumprimento das medidas acima.

11- Ata: 7ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 8 de Março de 2022.



ACÓRDÃO Nº138/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

13.1. Declaração de Impedimento: Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes (art. 65 do Regimento Interno).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral